

Luís Gomes Centeno e Nélia Ramos



Luís Gomes Centeno



Nélia Ramos

Trabalho realizado na cadeira de Sistemas Financeiros e Financiamento do Desenvolvimento do Mestrado em *“Desenvolvimento e Cooperação Internacional”* (ISEG/UTL) por Nélia Ramos e Luis Gomes Centeno em Fevereiro de 1997.

Ficha de leitura

Foreign Assistance and Economic Development¹

Hollis B. Chenery and Alan M. Strout

The critical elements in development sequence are getting the initial increase in the rate of growth, channelling the increments in income into increased saving, and allocating investment so as to avoid balance-of-payments bottlenecks.

1. Objectivos do trabalho	3
2. Contextualização do artigo analisado	3
3. Análise do artigo	3
3.1 Objectivos e definições gerais	3
3.2 Os três limites do desenvolvimento.....	4
3.3 O modelo básico	4
3.4 As Fases de Crescimento	6
3.5 A cobertura do maior desequilíbrio	7
3.6 Formas mais eficientes de crescimento.....	8
3.7 A produtividade dos recursos externos.....	9
3.8 Perspectivas da transição e recomendações.....	10
4. As respostas às críticas de Ranis e Fei	11
4.1 O carácter desequilibrado do crescimento.....	11
4.2 As fases de crescimento.....	11

¹ O texto foi publicado em The American Economic Review, Volume LVI, número 4, parte I, de Setembro de 1966.

5. Comentários e críticas	12
5.1 Economicismo excessivo.....	12
5.2 A necessidade de uma microeconomia do desenvolvimento.....	12
5.3 A não consideração do papel das variáveis monetárias.....	12
5.4 A não consideração da existência de sector público e privado	13

1. Objectivos do trabalho

A presente ficha pretende efectuar uma leitura crítica do texto tendo em conta as suas implicações para a teoria do desenvolvimento e para o debate dos Sistemas de Financiamento e o Financiamento do Desenvolvimento.

Assim, a análise da formalização apresentada pelos autores é apenas marginalmente tratada sendo privilegiados os aspectos substanciais tratados, nomeadamente aqueles que possam se revestir de uma maior actualidade.

Tratando-se no entanto de um texto com uma rica empiria e com um grau de formalização elevado recomenda-se a sua leitura para um mais aprofundado tratamento de alguns dos temas envolvidos, nomeadamente uma mais rica contextualização dos ensaios de quantificação efectuados pelos autores.

2. Contextualização do artigo analisado

O artigo que iremos analisar foi publicado em 1966.

Trata-se de um período caracterizado por um rápido crescimento da economia mundial (em média 2.8% por ano).

O optimismo seria a tónica dominante da análise económica mundial. A Europa, saída de um Plano Marshall bem sucedido, era o paradigma de que a ajuda externa mais do que se justificava a si mesma num mundo em que o crescimento parecia assegurado por via dos ganhos de produtividade na indústria.

O pensamento keynesiano dominava a teoria e a prática económica no mundo. O Welfare State ganhava na Europa contornos nunca sonhados, prometendo um referencial de solidariedade nas relações entre os homens e entre as diferentes gerações.

As preocupações da economia do desenvolvimento concentravam-se numa América Latina onde enormes sucessos se somavam na obtenção de taxas de crescimento elevadas em economias até aí pouco desenvolvidas.

Os autores são personagens relevantes do pensamento e da prática da ajuda económica da época, ocupando cargos de destaque na Administração dos EUA. Encontram-se envolvidos em acções massivas de ajuda económica na Ásia e na América Latina, principalmente.

3. Análise do artigo

3.1 Objectivos e definições gerais

3.1.1 Objectivos

O artigo analisado tem, explicitamente, três objectivos:

- i. a criação de um quadro teórico que quantifique o papel da ajuda externa no processo de desenvolvimento dos países;
- ii. a avaliação do desempenho e perspectivas de desenvolvimento dos Países em Desenvolvimento;
- iii. a definição de contributos para as políticas dos países dadores e receptores que permitam acelerar o crescimento e melhorar a produtividade da ajuda.

A partir daqui, os autores analisam alguns casos de países em vias de desenvolvimento e as suas necessidades futuras de ajuda.

3.1.2 Definição de desenvolvimento e ajuda

As teorias de desenvolvimento económico da época **identificam desenvolvimento com crescimento económico sustentado** e reconheciam os seguintes elementos como necessários para o avanço dos países:

- melhoria das qualificações da mão-de-obra (empresários, trabalhadores e funcionários públicos);
- aumento do nível de poupança e investimento;
- adopção de tecnologia mais produtiva;
- mudança substancial na composição do output e emprego por forma a satisfazer as necessidades da procura resultantes do aumento do rendimento;
- desenvolvimento de novas instituições.

Para que o país possa desenvolver-se, necessita que todas estas alterações ocorram simultaneamente, o que gera muita pressão sobre os países, para que tudo corra bem.

É aqui que os autores introduzem a necessidade da assistência externa: como forma de aliviar a pressão, dando ao governo uma forma de colmatar a limitação de alguns destes factores - qualificações, poupança e disponibilidade de divisas.

A assistência é entendida pelos autores de uma forma lata incluindo não apenas os donativos e empréstimos públicos de longo prazo mas também o investimento privado.

Assim, as referências que no texto se fazem a assistência ou ajuda englobam todas as transferências efectuadas entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento.

3.2 Os três limites do desenvolvimento

Todo o raciocínio do artigo assenta no reconhecimento da existência de três recursos estratégicos para o crescimento e o desenvolvimento, que dificultam a obtenção de um crescimento económico sustentado:

1. a oferta de mão-de-obra qualificada e capacidade de organização;
2. a oferta de poupança doméstica;
3. a oferta de bens e serviços importados.

A qualquer momento, um destes elementos pode tornar-se um limite ao crescimento económico sustentado.

O trabalho desenvolvido por Chenery e Strout visa determinar o contributo da assistência externa no crescimento medindo a sua contribuição para o uso eficiente dos recursos produtivos e a forma como pode contribuir para ultrapassar estes limites.

No entanto os autores reconhecem que, mesmo existindo assistência externa existem outros limites ao crescimento nomeadamente a dimensão limitada do mercado interno e a elevada propensão a importar (induzida quer pelo consumo quer pela procura de bens de investimento).

3.3 O modelo básico

Chenery e Strout começam por apresentar um Modelo Básico do papel da ajuda em dois passos: na 1ª situação, só os limites em termos de qualificações e poupança são relevantes; na 2ª situação, tratam-se as dificuldades da Balança de Pagamentos.

3.3.1 A função objectivo e as restrições

O modelo de C-S é formulado como um programa de optimização em que a função objectivo é a maximização do crescimento do produto sujeito a determinadas restrições

Função objectivo e definições

O objectivo do modelo é maximizar o PNB, que os autores definem como:

$$V_t = S_t + C_t$$

em que V_t é o PNB no período t , S_t é a Poupança Nacional Bruta e C_t é o Consumo Interno.

Não são considerados de forma explícita o Sector Público e a sua participação na formação da despesa nacional. Esta restrição pode ser importante para a análise a efectuar na medida em que são pura e simplesmente os efeitos dos gastos públicos e dos impostos na formação do rendimento e na despesa.

A poupança é definida como:

$$S_t = I_t - F_t$$

em que I_t é o Investimento Bruto no período e F_t é a entrada líquida de capital externo (ou assistência externa tal como definida em 3.1.2).

Deve relevar-se aqui que esta equação não é mais do que a equação de equilíbrio no modelo neoclássico em economia fechada ($I=S$), em que há a adição da poupança externa (o que de alguma forma é inconsistente).

Restrições do processo de crescimento

O modelo é sujeito à seguinte restrições

(1) Limite de capacidade

Considera-se existir um limite de capacidade gerado pela assunção de Harrod-Domar de que uma quantidade específica de investimento é necessária para aumentar o output.

Esta restrição é formalizada por:

$$V_t \leq V_0 + 1/k \sum_{T=0}^{T=t-1} I_T \quad \text{em que } k = I_{t-1} / (V_t - V_{t-1})$$

O significado económico e teórico desta restrição é particularmente importante na medida em que reflecte a existência de um limite *natural*² para o crescimento da economia o qual é determinado pela tecnologia utilizada³.

(2) Limite na capacidade de investimento

O modelo prevê também a existência de um desequilíbrio na capacidade de investir, sendo que o Investimento vai depender de um factor exógeno: a taxa máxima de crescimento do Investimento.

Este limite à capacidade de investir é introduzido para reflectir o facto de que só se pode absorver investimento enquanto os inputs complementares acompanham este movimento. Reflecte por isso uma limitação da capacidade de absorção, importante nas fases iniciais do desenvolvimento.

$$I_t \leq (1+\beta) I_{t-1}$$

em que β é a taxa máxima de crescimento do investimento historicamente obtida.

(3) Limite da poupança

O limite à poupança é dado pelo valor potencial bruto da poupança doméstica.

$$S_t \leq \bar{S} = S_0 + \alpha' (V_t - V_0)$$

em que \bar{S} é a poupança interna potencial e α' é taxa marginal de poupança.

Mais tarde discutiremos a importância desta restrição, na medida em que não são introduzidos no modelo as limitações e as determinantes da poupança potencial.

(4) Taxa de crescimento objectivo

Como forma de reflectir a importância que o crescimento objectivo do PNB possui nos processos de planeamento, é introduzida uma limitação no modelo para reflectir o peso que esta formulação possui. Assim

² Registe-se que no modelo original de Harrod-Domar esta taxa de crescimento natural era determinada pela taxa de crescimento da população.

³ O parâmetro k reflecte a quantidade de investimento necessária para obter uma unidade adicional de produto. Quanto menor for o valor deste parâmetro menor quantidade de financiamento é requerida para assegurar o crescimento sustentado do produto. Ver nota 21 na página 10.

$$V_t \leq (1+r^*) V_{t-1}$$

o crescimento do produto é limitado pela taxa r^* de crescimento objectivo do produto.

3.3.2 As hipóteses simplificadoras

Os autores assumirão duas hipóteses para o funcionamento do modelo⁴:

1. o país tenta maximizar o consumo até atingir a taxa de crescimento objectivo;
2. sem assegurar algum aumento no PNB, o país receptor não tem interesse em aumentar a ajuda apenas para aumentar o consumo.

Como veremos mais tarde a presunção da validade destas simplificações, assumindo a racionalidade económica dos agentes, pode ter efeitos profundos na validade do modelo ⁵ e nos resultados obtidos com a Assistência Externa.

3.4 As Fases de Crescimento

Os autores formulam um processo por que passam os países em vias de desenvolvimento e que é constituído por três fases.

Como os autores esclarecem em nota⁶ e, mais tarde, em resposta à crítica de Ranis e Fei não se trata de um determinismo histórico, mas uma forma de determinar os limites predominantes ao longo do processo de crescimento.

Fase I - Limite pelas qualificações

Na Fase I o limite ao crescimento é determinado principalmente pelas qualificações existentes e pela capacidade organizativa dos países em desenvolvimento.

Nesta fase, com a Assistência Externa, haverá um crescimento constante do investimento e uma taxa de crescimento do PNB em aceleração. O limite gera-se pela impossibilidade natural de um aumento das qualificações num curto espaço de tempo.

Esta fase termina quando o investimento consegue assegurar a obtenção da taxa de crescimento objectivo.

Note-se que nesta fase são as restrições (1) e (2) que condicionam a capacidade de o país obter um crescimento sustentado do produto.

Nesta fase o papel da Assistência Externa será o de proporcionar ao país receptor o aumento das suas qualificações, quer na formação da mão de obra, quer na formação de empresários, quer ainda no desenvolvimento de estruturas administrativas e na formação dos funcionários públicos⁷.

Fase II - Limite pela poupança

Uma vez que seja assegurada uma capacidade de absorção do investimento é a poupança interna que terá de proporcionar os recursos necessários à manutenção de níveis de investimento elevados (próximos de β) para que o processo de crescimento sustentado se mantenha.

A quantidade de ajuda externa é assim determinada pela diferença entre a Poupança Interna e o Investimento.

O PNB e o Investimento crescem a taxas constantes, sendo estas taxas determinadas pelo montante de assistência disponível o qual é medido como a diferença entre $k.r^*$ (volume de investimento necessário para obter o crescimento objectivo, determinado pela tecnologia e especialização sectorial) e α_t (taxa de poupança da economia).

⁴ Texto em análise pp. 686 e 687.

⁵ É esta racionalidade que suscita uma crítica séria de Ranis e Fei que argumentam se será preferível dar recursos ou “ensinar a pescar”.

⁶ Nota 23 a pp. 690 do texto em análise.

⁷ Esta questão é particularmente apelativa para a discussão da “good governance” no Ajustamento Estrutural.

As políticas económicas nesta fase deverão ser orientadas para o estímulo da poupança interna por forma a que esta cresça de forma mais rápida que o investimento, diminuindo a dependência da Assistência Externa para assegurar o desenvolvimento ⁸.

A restrição básica ao crescimento é nesta fase estabelecida pela restrição (3) do modelo básico.

Fase III - Limite pelo comércio externo

A constatação de que o processo de crescimento com uma disponibilidade variável de capital implica “o contínuo ajustamento nas importações e exportações para igualar a diferença entre importações e exportações à diferença desejada entre investimento e poupança”⁹.

Esta restrição, segundo os autores, não é importante na Fase I uma vez que a entrada de capitais resultantes da ajuda externa mais do que compensará o desequilíbrio X-M.

Na Fase II a necessidade de diminuir a dependência da Assistência Externa fará com que as exportações tenham de crescer mais rapidamente que as importações.

No entanto este postulado é condicionado por dois tipos de fenómenos:

1. a dificuldade das economias em efectuarem um ajustamento estrutural no sentido de $\Delta X > \Delta M$.¹⁰;
2. a inelasticidade da procura de importações resultante de políticas de substituições de importações¹¹

Assim os autores determinam a formulação de uma nova Fase de crescimento em que o limite ao crescimento é determinado pelo Comércio Externo.

Assim, nesta fase o crescimento sustentado só é possível se a propensão marginal a importar (μ') for reduzida a um nível inferior ao verificado em fases anteriores do crescimento ou a taxa de crescimento das exportações (ϵ) for superior à taxa de crescimento objectivo (r^*).

A natureza das restrições nesta fase são assim colocadas em escolhas estruturais anteriores na alocação do investimento, que determinam o perfil da oferta e procura internas dos países¹².

O desequilíbrio na Fase III reflecte, assim, não só um problema de disponibilidade de recursos estratégicos para o crescimento (divisas nomeadamente), mas também o balanço das escolhas anteriores.

3.5 A cobertura do maior desequilíbrio

A necessidade da Assistência Externa baseia-se, de acordo com o modelo exposto, na constatação da existência de dois gap's nas economias em desenvolvimento:

- i. um provocado pelo **desequilíbrio entre I e S**, resultante da insuficiência da poupança interna para financiar o crescimento do investimento;

⁸ As políticas para este objectivo não são discutidas no artigo em análise.

⁹ Texto em análise pp. 689. Note-se que este equilíbrio ($I-S=X-M$) é determinado *ex-ante* nos modelos neoclássicos e *ex-post* nos modelos keynesianos, como o que presentemente analisamos. A verificação *ex-ante* ou *ex-post* deste equilíbrio determina a natureza estável ou instável do crescimento o que constitui uma diferença fundamental para aquelas duas escolas sobre o próprio processo de crescimento. Para o raciocínio neoclássico a verificação do equilíbrio terá consequências nos preços relativos dos bens importados e na taxa de juro (preço do dinheiro) enquanto para os keynesianos se reflectirá na disponibilidade de bens (nomeadamente de bens de equipamento) o que condicionará a realização física do investimento.

¹⁰ Tal pode não reflectir apenas dificuldades internas mas também ser o reflexo da inelasticidade da procura mundial, de que é exemplo a redução dos preços relativos das matérias primas ocorrida nos últimos anos no mercado mundial ou a procura monopsónica em determinados mercados.

¹¹ Dever-se-ia ainda acrescentar o efeito não previsto pelos autores da alteração dos padrões de consumo originados pela importação de modelos de comportamento associados ao aumento das qualificações.

¹² Deve notar-se que a procura dum valor menor de μ levará à opção por uma política de substituição de importações. No entanto esta escolha levará ao sacrifício de recursos afectos à promoção de exportações e a um menor resultado em ϵ . Até porque é de esperar uma menor eficiência (k) no investimento efectuado no sector de substituição de importações dada a não existência de preocupações com as vantagens comparativas na alocação do investimento.

- ii. outro provocado pela incapacidade das economias em gerarem divisas externas para financiar os desequilíbrios da Balança de Pagamentos, ou seja pela **não cobertura de M por X**.

O papel da Assistência será, assim, o de assegurar a cobertura do maior dos dois gap's. Esta formulação pode ser vista facilmente na equação neoclássica de equilíbrio em economia aberta:

$$I - S = X - M$$

Este equilíbrio é meramente contabilístico *ex-post* (ou a longo prazo). Para os neoclássicos ele é verificável mesmo a curto prazo, uma vez que os preços se encarregarão de assegurar o equilíbrio nos mercados. Neste raciocínio a taxa de juro, a taxa de câmbio e os preços relativos das importações e exportações funcionam como variáveis que garantem o ajustamento.

Para a análise keynesiana, em que o modelo analisado se insere, este ajustamento não garante automaticamente novos equilíbrios estáveis e pode mesmo gerar efeitos comutativos perversos, sobretudo se afectar a disponibilidade de bens de equipamento que permitam materializar o investimento previsto pelos agentes económicos.

Há, no entanto, que ter em conta que a lógica do financiamento do maior gap pode ter como resultado a existência de poupança interna ociosa. Tal efeito perverso, só verificável se a ajuda for determinada pela avaliação *ex-ante* das dimensões dos gap's, revelará a existência de efeitos de fungibilidade da poupança interna. A importância deste efeito merece observação e discussão detalhada.

3.6 Formas mais eficientes de crescimento

A resolução destes problemas (afecção eficiente do investimento e possibilidade de desperdício de recursos escassos) conduz-nos naturalmente ao debate central em teoria do desenvolvimento que é o da escolha das estratégias de crescimento que possam assegurar o crescimento sustentado.

3.6.1 As estratégias de desenvolvimento

O debate do faseamento do crescimento/desenvolvimento terá que passar necessariamente pela **discussão das trajetórias mais eficientes** para o conseguir.

Este debate é efectuado ao longo de todo o texto tendo em conta as duas estratégias típicas de industrialização: a substituição de importações e a promoção de exportações.¹³

A opção entre as estratégias não é definida, sendo no entanto delineados os **critérios para balizar as escolhas estratégicas**, tendo sobretudo em conta as repercussões dessas escolhas em termos das necessidades e impactos no financiamento do desenvolvimento, tanto em termos da poupança interna, quer da necessidade de recursos externos - ajuda, investimento ou divisas.

Os autores concluem pela existência de uma **correlação positiva entre a taxa de crescimento das exportações e crescimento auto-sustentado** (pp. 710). Este facto resulta para o processo de crescimento por duas vias:

- aumento da taxa de crescimento do produto \Rightarrow aumento da poupança interna;
- aumento das receitas em divisas \Rightarrow menor necessidade de financiamento externo para as importações.

Referem mesmo os autores que *“não existe praticamente exemplo de um país que tenha tido por longos períodos um crescimento sustentado a taxas superiores ao crescimento das suas exportações com base na substituição de importações”*¹⁴.

A debilidade da estratégia de substituição de importações decorre de duas questões essenciais a ela associadas:

¹³ Deve recordar-se que nos anos 60 não fazia qualquer sentido discutir o crescimento noutro contexto que não o da industrialização e ainda hoje não existem sucedâneos formais interessantes para estas duas estratégias, embora seja urgente a formulação de paradigmas alternativos.

¹⁴ Texto em análise pp. 710.

- a existência de **produtividade marginal decrescente** para o capital utilizado no **sector de substituição de importações**¹⁵, resultante de **diferenciais crescentes de eficiência** entre produtores nacionais e externos;
- a necessidade de importar bens intermédios e de capital para sustentar o sector de substituição de importações, com os consequentes **estrangulamentos na balança de pagamentos**.

3.6.2 A rapidez do crescimento

No entanto o argumento mais relevante no debate das trajectórias de desenvolvimento avançado pelos autores em defesa do papel da ajuda externa no apoio ao crescimento refere-se à relação entre rapidez do crescimento e necessidade de apoio externo.

Num quadro global de defesa do crescimento rápido o modelo desenvolvido pelos autores permite claramente determinar a superveniência de maiores estrangulamentos para processos de rápida expansão do produto do que para processos mais gradualistas e adequados às disponibilidades endógenas (poupança e qualificações) das economias.

Assim, à medida que se trabalhe com taxas de crescimento objectivo crescentes o estrangulamento básico transfere-se da necessidade de divisas para financiar o comércio externo deficitário (*limite do comércio*) para a necessidade de financiar a insuficiência da poupança interna (*limite da poupança*)¹⁶.

Esta percepção justifica a conclusão assumida pelos autores de que “quanto mais tempo for dado às economias para ajustarem a sua capacidade produtiva às alterações dos padrões da procura, menos evidente será que persistam as diferentes rigidezes do modelo”¹⁷.

Assim se há evidência importante em abono da adopção de uma estratégia de crescimento rápido¹⁸ há também a percepção clara de esta rapidez se pode traduzir em estrangulamentos importantes que apenas o aumento do financiamento externo poderia permitir ultrapassar.

3.7 A produtividade dos recursos externos

Neste quadro de discussão é naturalmente importante a avaliação da *produtividade* dos recursos externos postos à disposição das economias por via da ajuda externa.

Esta questão é discutida no texto em análise a partir do conceito de “good performance” (bom comportamento ?)¹⁹.

Esta “good performance” é avaliada como a combinação entre o rácio incremental capital-produto (k) e a taxa marginal de poupança (α). A relação entre o comportamento destes parâmetros do modelo e a necessidade de financiamento resultando óbvia²⁰.

É de destacar a natureza particular destes parâmetros:

- o parâmetro k é essencialmente um **reflexo da eficiência tecnológica** da economia e a discussão dos resultados obtidos não podem convenientemente ser efectuada de forma

¹⁵ Esta assunção é verdadeira para todos os sectores, incluindo o sector exportador, pelo menos pela forte possibilidade de a procura de exportações ser inelástica. Os autores assumem esta restrição na nota de pé de página 34 da página 697. No entanto admitem que “por conveniência” apenas a aplicam ao sector de substituição de exportações.

¹⁶ Texto em análise pp. 719.

¹⁷ Texto em análise pp. 697. Os autores referem-se às rigidezes existentes na capacidade de absorver investimento (limite da capacidade), na capacidade de investimento, nos limites da poupança interna e na rigidez da propensão a importar.

¹⁸ Os autores avançam como vantagens auxiliares não decorrentes do modelo as seguintes: a eliminação dos efeitos negativos do crescimento da população sobre o crescimento do produto per capita; os ganhos de estabilidade política; o crescimento da taxa marginal de poupança; a possibilidade adicional de atrair volumes crescentes de investimento estrangeiro (pp. 724 e 725).

¹⁹ Texto em análise pp. 703.

²⁰ O parâmetro k reflecte a quantidade de investimento necessária para obter uma unidade adicional de produto e a taxa marginal de poupança a disponibilidade de recursos para investimento resultante de uma unidade adicional de produto gerada pelo crescimento.

agregada, mas tendo em conta os padrões de especialização sectorial das economias ²¹. De qualquer forma a tecnologia é exógena ao modelo e por isso este não possui qualquer capacidade explicativa para o efeito. Não invalida isto a consistência do argumento.

- o parâmetro α' reflecte um número elevado de vectores que não são tratados no texto. As **explicações clássicas** para a propensão a poupar podem ser balizadas em dois grupos de argumentos: os **sócio-culturais**; a sua relação com a **taxa de juro**.

Sobretudo a consideração da necessidade de explicar as motivações da taxa marginal de poupança pode conduzir a discussão para aspectos particularmente importantes para a compreensão dos problemas nucleares não só do financiamento como do próprio desenvolvimento.

O estado actual da arte remete-nos para um campo de discussão em que apenas a consideração de fenómenos no campo estrito da economia são insuficientes para a percepção da problemática implicada.

3.8 Perspectivas da transição e recomendações

Os autores estabelecem a partir dos testes empíricos formulados um conjunto de previsões e de recomendações.

Para este trabalho parece-nos menos relevante uma análise detalhada dos comentários formulados por bastante datados e contextualizados.

No entanto não deixaremos de nos referir ao relativo optimismo dominante: *“A Fase I pode ser completada pela maioria dos países numa década se o aumento no investimento for acompanhado por um aumento suficiente nas qualificações e organização para tornar efectiva o uso do capital adicional que se disponibiliza”*²²

3.8.1 Condições para o desenvolvimento

Os autores desenvolvem o seu trabalho de avaliação do desempenho das economias relativamente à possibilidade de obterem um crescimento sustentado, recorrendo a três critérios:

1. *Critério do Investimento*. Na Fase I a taxa de crescimento do investimento (i) tem de ser superior à taxa de crescimento objectivo ($i > r^*$). Depois disso a taxa de investimento tem de ser adequada para assegurar a taxa de crescimento objectivo do produto ($I/V \geq kr^*$).
2. *Critério da poupança*. A taxa marginal de poupança deve ser maior que a taxa de investimento objectivo ($\alpha' > kr^*$) a menos que a taxa média de poupança já seja superior a este nível.
3. *Critério do comércio*. Ou a taxa de crescimento das exportações excede a taxa de crescimento objectivo do PNB ($\varepsilon > r^*$) ou a taxa marginal de importações (μ') deve ser substancialmente menor do que o seu nível médio inicial.

Estes critérios podem ser um bom instrumento para a realização de estudos empíricos.

Do ponto de vista da sua análise prática os autores classificam os países de acordo com os resultados obtidos relativamente a seis parâmetros do modelo assim agrupados:

- limites de crescimento e absorção - β e r^*
- factores de desempenho interno - k , α' e μ
- crescimento das exportações - ε

O resultado que parece mais importante dos ensaios efectuados no texto em análise é a de que o limite **mais importante** para o crescimento se localiza no **limite do comércio externo**.

²¹ A conclusão implícita no texto de que haverá uma produtividade mais elevada do capital nos países menos desenvolvidos é inconsistente com a hipótese clássica já discutida da produtividade marginal decrescente dos factores que indicaria que estes seriam relativamente mais eficientes em economias onde fossem mais escassos. Existe no entanto evidência estatística apresentada pelos autores de que a relação utilizada no texto se verifica na realidade.

²² Texto em análise pp. 725.

Se tivermos em conta a nossa discussão do carácter estrutural deste limite, como resultado e reflexo de opções de investimento (ou ausência delas) anteriores e do conflito que introduz na escolha entre substituição de importações e promoção de exportações, não será demais destacar a importância desta constatação.

3.8.2 Recomendações para a eficiência da assistência

Como corolário do seu trabalho os autores apresentam um conjunto de recomendações para o aumento da eficiência da Assistência Externa nos processos de Desenvolvimento.

Embora nos nossos dias a prática da Ajuda ao Desenvolvimento já tenha incorporado a maioria das recomendações (casos da programação da ajuda e do estabelecimento de condicionantes de desempenho interno à continuação da ajuda) existem algumas questões cuja validade e mesmo algum carácter inovador se mantêm.

a) Previsão do efeito spoon feeding

“Mesmo que no curto prazo a produtividade da ajuda seja elevada, a economia continuará a ser dependente da ajuda externa indefinidamente a menos que o produto adicional seja afectado de forma a que aumente a poupança e reduza o défice comercial.”²³

b) Políticas na Fase I

Na primeira fase de desenvolvimento o ênfase deverá ser colocado no aumento do stock de capital físico aplicável na produção e na melhoria da qualidade dos recursos humanos da economia.

Muito embora esta percepção seja influenciada por uma relação clássica entre investimento e qualificação dos recursos humanos, mediada pelo efeito “aprender-fazendo” cuja paternidade teórica se pode atribuir a Adam Smith, esta nuance será um contributo importante para a discussão do Ajustamento Estrutural tal como este é formulado nos nossos dias.

c) A proliferação de objectivos na ajuda

A percepção de que a proliferação de dadores e objectivos destes no quadro da ajuda global pode funcionar como um factor de perda da sua eficiência.

4. As respostas às críticas de Ranis e Fei

A resposta às críticas efectuadas ao texto analisado por Ranis e Fei em comentário publicado em *The American Economic Review*, Vol. LVIII, nº 4 Setembro de 1968, podem ser sistematizadas como segue.

4.1 O carácter desequilibrado do crescimento

O crescimento é um processo desequilibrado que resulta da possibilidade de desajustamento entre as expectativas dos agentes económicos, com efeitos acumulados de desvio.

O ajustamento entre Investimento, Poupança e Saldo Externo ($I-S=X-M$) só se verifica a Longo Prazo (ou ex-post) e não a Curto Prazo como pretende a teoria neoclássica..

Os mecanismos de preços são insuficientes para assegurar o equilíbrio instantâneo e podem mesmo ter efeitos perversos na afectação de investimentos, pela via do condicionamento das importações de bens de equipamento por exemplo.

4.2 As fases de crescimento

O objectivo do trabalho de Chenery e Strout não é a elaboração das bases de um sistema de análise histórica, estruturando de forma determinística a evolução dos processos de crescimento económico.

Partindo do princípio de que:

- os limites do crescimento podem ser previstos;
- estes limites podem ser modificados por políticas económicas deliberadas;

²³ Texto em análise pp. 724.

o trabalho desenvolvido tem exclusivamente a ver com a operacionalização destes princípios.

Assim as fases indicadas não são necessariamente sequenciais (o próprio texto inicial já reflectia isto na nota 23 da página 690) mas visam apenas estabelecer quadros de referência para os problemas dominantes e para os necessários reflexos que tal deve ter na determinação das políticas e da natureza da ajuda necessária.

As três fases identificadas no artigo original podem elas mesmas ser resumidas a duas:

1. Uma primeira fase em que o limite do crescimento é determinado pela capacidade de absorção da economia;
2. Uma segunda fase ou série de fases em que a estrutura da economia é alterada para se adaptar à disponibilidade de capitais externos prevista.

5. Comentários e críticas

O texto em análise contém um conjunto de instrumentos de análise da problemática do desenvolvimento económico cuja actualidade é evidente.

O facto de trazer para o centro do debate a importância do financiamento do desenvolvimento, numa perspectiva bastante mais alargada que a mera formulação do financiamento do investimento é, neste quadro, particularmente importante.

5.1 Economicismo excessivo

No entanto existem, à luz do conhecimento actual sobre a problemática envolvida, algumas limitações sérias que importa reter e debater.

A primeira série de críticas que se podem estabelecer resultam da natureza excessivamente economicista da análise desenvolvidas, que sem recusar a existência de outras condicionantes ao processo de crescimento/desenvolvimento não as retém na análise ou as recusa pura e simplesmente.

Assim, um desenvolvimento importante do trabalho de Chenery e Strout será a avaliação do papel que a fungibilidade da poupança tem na não obtenção de condições para que sejam obtidas as condições para a sustentabilidade do crescimento induzido pela ajuda externa.

5.2 A necessidade de uma microeconomia do desenvolvimento

O trabalho desenvolvido mantém a análise num nível rigorosamente macroeconómico.

Desta forma as determinantes da poupança ou do investimento não são abordadas e são dadas como resultado automático (no limite controlável pela política económica) de um comportamento economicamente racional (o homo oeconomicus omnipresente).

A realidade desmente de forma evidente esta aceção da realidade.

Um desenvolvimento desejável deste trabalho será (e tem sido) a percepção da importância que os comportamentos microeconómicos possuem para o desenvolvimento.

5.3 A não consideração do papel das variáveis monetárias

Não são mais do que eu meramente abordados os efeitos da ajuda nas variáveis monetárias dos países receptores de ajuda.

Estes efeitos podem ser altamente perversos nomeadamente na quebra artificial da taxa de juro ou no desajustamento da taxa de câmbio (a qual é formulada, curiosamente, como função do montante de ajuda externa).

Admite-se que um excesso de credo na caixa de ferramentas keynesiana poderá ter levado a deixar estes aspectos fora da análise e das preocupações dos autores.

Da mesma forma a questão dos preços e da inflação são também deixados de fora da análise o que é inconsistente com a empiria de que a ajuda pode ter severos efeitos inflacionistas que contribuem para a evaporação de parte da acumulação gerada no crescimento e na criação de cenários de elevada instabilidade interna.

5.4 A não consideração da existência de sector público e privado

O texto em referência é também omissivo relativamente à necessidade de formular as estratégias de desenvolvimento tendo em conta o lugar relativo dos sectores público e privado

Este debate é hoje em dia relevante e deverá ser incorporado na análise da problemática do financiamento do crescimento.